

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO
UMA UNIÃO MAIS FORTE PARA UM MUNDO MELHOR
Julho a Dezembro de 2007

**União solidária
entre iguais**

“União” é o projecto ligando 27 Estados soberanos europeus a um presente e um futuro comuns. Uma União aberta aos Estados que na Europa partilham os valores em que assenta este projecto: o respeito pela dignidade humana e pelos direitos das pessoas, da liberdade, da democracia, da igualdade e do Estado de Direito. Uma União solidária entre iguais, fundada na vontade dos seus cidadãos.

**Um momento para
acção**

Portugal assume a Presidência do Conselho ciente de que a prosperidade dos Estados-membros da Europa do futuro e o bem-estar dos seus cidadãos depende de decisões que teremos proximamente que tomar. **Este é um momento para acção.** Aperfeiçoar o funcionamento da UE através da reforma dos Tratados é capital para assegurar uma melhor aplicação da Estratégia de Lisboa e para uma acção externa mais eficaz. Esta é a via para influenciarmos a nossa forma de estar num mundo globalizado.

**Procurar o
interesse comum**

A Presidência portuguesa assenta num pressuposto claro: move-nos a vontade de procurar sempre o interesse comum e de gerar os consensos necessários ao progresso da Europa.

Base operacional

O Programa de 18 meses, em vigor desde Janeiro de 2007, elaborado com a Alemanha e a Eslovénia e avalizado pelo Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas, é a base operacional da Presidência portuguesa. Requer um trabalho a decorrer nas várias formações do Conselho, em estreita colaboração com o Parlamento Europeu e com a Comissão que detém em várias matérias o direito de iniciativa.

A indicação de prioridades neste documento não é exaustiva.

FUTURO DA UNIÃO

Aperfeiçoar a integração Estados Membros- -Instituições

Reafirmámos em 25 de Março o nosso empenho nos valores e ambições da Europa. Reconhecemos que temos uma experiência única de vida e de trabalho conjunto na UE, através da interacção entre os Estados-membros e as instituições. É tempo de aperfeiçoarmos essa interacção e o funcionamento das instituições para construirmos um futuro melhor para os nossos cidadãos.

CIG – Mandato Preciso

O Conselho Europeu atribuiu à Presidência portuguesa o mandato para abrir uma Conferência Intergovernamental (CIG). O seu objectivo é claro: elaborar um Tratado que altere os Tratados existentes no sentido de reforçar a eficiência e a legitimidade democrática da União alargada, assim como a coerência da sua acção externa. O mandato aprovado é preciso – é a única base e o enquadramento exclusivo para os trabalhos da CIG. O prazo de execução desta tarefa está definido.

Necessidade de vontade política

Faremos o nosso trabalho de acordo com esta vontade expressa pelos Estados-membros; mas essa mesma vontade política terá de ser realmente demonstrada por todos os participantes nesta CIG. Caminhar em frente é a única via política que teremos de trilhar.

Alargamento

A reforma da União deverá facilitar o cumprimento dos compromissos existentes no processo de alargamento, que devem ser respeitados. Os benefícios desta acção são evidentes, pelo seu contributo para a paz, a estabilidade e a prosperidade na Europa. A UE deverá desenvolver e consolidar estes ganhos.

Perspectiva europeia para os Balcãs Ocidentais

Aprofundar a perspectiva europeia para os Balcãs Ocidentais tem sido um elemento central da agenda da UE. Deve intensificar-se o esforço de estabilização e o trabalho de reformas indispensável à aproximação à União dos Estados desta região.

**Schengen /
SISone4ALL**

Portugal manifestou já através da proposta SISone4ALL a importância que atribui à livre circulação de pessoas na Europa. A “dimensão humana” da União é uma das suas pedras de toque. Manteremos o objectivo de possibilitar até ao final da Presidência portuguesa, a abolição dos controlos nas fronteiras entre os Estados-membros que integrarão o espaço Schengen.

Zona Euro

A Presidência portuguesa assegurará também os procedimentos necessários para acolher na zona Euro os Estados-membros que cumpram os critérios estabelecidos nos Tratados.

ESTRATÉGIA DE LISBOA

- Novo ciclo** 2007 é o primeiro ano em que todos os instrumentos da Estratégia de Lisboa estarão a funcionar em conjunto. É também o momento de se iniciar a preparação do novo ciclo que será lançado em 2008. Portugal encontra-se já a colaborar neste esforço, em estreita articulação com a Comissão e a Presidência que nos sucede.
- **Dimensão Económica**
- Qualidade Finanças públicas** Melhorar a qualidade das finanças públicas na UE é essencial para garantir um crescimento económico sólido, assim como a sustentabilidade das políticas económicas e sociais no longo prazo. O impacto da modernização das administrações públicas na competitividade e no crescimento será objecto de análise na Presidência portuguesa.
- Mercado interno** Tornar mais eficiente o funcionamento do Mercado Interno é um objectivo central da Europa do futuro que desejamos construir. A Presidência criará as condições para se estabelecer uma nova agenda do Mercado Interno, com base numa Comunicação da Comissão. Dedicaremos particular atenção ao mercado interno dos serviços financeiros, bem como ao combate à fraude e evasão fiscais. Os serviços postais merecerão igualmente a nossa atenção.
- PME's e Política Industrial** A revisão intercalar da política industrial e da política relativa às pequenas e médias empresas (PME's) merecerá tratamento específico. Elas são a base do tecido empresarial europeu. Estimularemos um debate centrado no reforço da competitividade das PME's, incluindo o seu acesso a financiamento.
- Cultura/Turismo** O desenvolvimento do Turismo e a Economia da Cultura são áreas de importância capital no crescimento e na criação sustentável de empregos. Portugal organizará um Fórum Cultural Europeu e o

Fórum do Turismo Europeu, para valorizar a inserção destes pontos na nossa agenda comum.

Legislar Melhor

Não será viável aumentar a eficiência do Mercado Interno sem legislar melhor, desburocratizar e eliminar encargos administrativos. Daremos continuidade ao programa conhecido como “Legislar Melhor”.

Triângulo do conhecimento

Reforçar o triângulo do conhecimento – inovação, investigação e educação – é vital para a Europa poder competir e introduzir a sua marca distintiva na globalização.

A Presidência portuguesa dará continuidade ao Plano de Acção para a Inovação e promoverá um debate sobre o futuro da política científica e tecnológica na Europa. Contribuirá também para a definição de uma política europeia destinada a atrair recursos humanos qualificados. A modernização do ensino superior e a aprendizagem ao longo da vida são componentes essenciais desta perspectiva.

A Presidência trabalhará para que a decisão final sobre o Regulamento do Instituto Europeu de Tecnologia seja tomada a breve prazo.

Coesão e Regiões Ultraperiféricas

Apoiaremos a Coesão como uma política central da União e estimularemos uma reflexão sobre este tema. Neste contexto, não deixaremos de dar particular atenção à situação específica das Regiões Ultraperiféricas da União.

Assuntos do Mar

Portugal reconhece a necessidade de uma abordagem integrada para os assuntos marítimos. Daremos passos para a definição de uma Política Marítima europeia, com base no Plano de Acção a apresentar pela Comissão. Terá lugar em Lisboa uma Conferência de alto nível sobre esta matéria. Procuraremos concluir as negociações sobre a Directiva do Meio Marinho e iniciaremos o debate sobre a proposta legislativa da Comissão relativa à Pesca

Ilegal. No sector dos transportes, as áreas chave serão a negociação do Terceiro Pacote de Segurança Marítima e as iniciativas relacionadas com as “auto-estradas do mar”.

• Dimensão Social e Emprego

Estratégia Europeia Emprego O 10º aniversário da Estratégia Europeia de Emprego será um catalizador para um debate sobre o papel das políticas e métodos de coordenação no emprego. O objectivo central é promover a criação de mais e melhores postos de trabalho.

Flexibilidade e segurança Neste contexto, a procura de um equilíbrio entre a flexibilidade e a segurança no mercado de trabalho exige que seja dada adequada consideração a vários elementos: a aprendizagem ao longo da vida, os dispositivos de protecção social, as políticas activas do mercado de trabalho, a flexibilidade funcional, tendo em conta as diferentes situações e modelos dos Estados Membros. É neste quadro, e assegurando um envolvimento dos parceiros sociais, que poderemos dar um contributo para o estabelecimento de princípios gerais comuns a nível europeu.

Responsabilidade social A responsabilidade social é um dos alicerces do modelo europeu. A inclusão social, a luta contra a pobreza, em particular a pobreza infantil, e a conciliação entre trabalho e vida privada e familiar são temas prioritários para a Presidência portuguesa. Procuraremos também integrar a perspectiva de género em todos os domínios de política. O modo como lidarmos com estes temas influencia directamente a percepção que os nossos cidadãos têm das instituições europeias.

• Dimensão Ambiental e Energia

Padrão energético e ambiental sustentável Enfrentar as alterações climáticas e evoluir para um padrão energético e ambiental sustentável são prioridades de acção. Há que tornar operacional este conceito e consolidar o papel motor assumido pela UE.

Energia

Tornar uma realidade o mercado interno do gás e da electricidade é um objectivo principal. A Presidência portuguesa está pronta a conduzir o debate, no seguimento de propostas a apresentar pela Comissão.

Daremos também a devida atenção aos seguintes temas: o necessário enquadramento legal para as energias renováveis; à adopção de um Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias Energéticas (SET-PLAN); à eficiência energética e às iniciativas da UE sobre a vertente externa da política energética.

Ambiente

A Presidência portuguesa prosseguirá a necessária concertação preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre alterações climáticas, em Bali. No âmbito da UE, iremos abordar as questões da escassez da água e das situações de seca em relação com as alterações climáticas. Trata-se de fenómenos devastadores que requerem uma abordagem comum e mecanismos de resposta adequados.

Biodiversidade

Suster a perda da biodiversidade é um imperativo de qualquer Presidência. Procuraremos envolver o meio empresarial, realizando uma conferência sobre o tema "Empresas e Biodiversidade".

FORTALECER A ÁREA DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA

Abordagem global às migrações Para além da livre circulação de pessoas na União, o principal objectivo da Presidência portuguesa neste domínio será desenvolver a abordagem global das migrações. É necessário aprofundar as parcerias entre a UE e os países de origem e trânsito de fluxos migratórios.

Uma abordagem dos fenómenos migratórios apenas centrada na imigração ilegal seria redutora. A Presidência portuguesa pretende também estimular o debate, em vários *fora*, sobre a promoção de canais legais de imigração, a integração dos migrantes, saúde e migrações, assim como a ligação do tema à ajuda ao desenvolvimento, à readmissão e à migração circular.

Organizaremos uma Conferência de Alto Nível sobre Imigração Legal e uma reunião ministerial Euromed sobre migrações.

Imigração legal Desenvolveremos a política de imigração legal, a partir de propostas de directivas sobre: a definição dos direitos comuns dos nacionais de países terceiros que trabalhem legalmente num Estado-membro; e condições de admissão e residência de trabalhadores altamente qualificados.

Imigração ilegal A Presidência portuguesa prosseguirá as negociações relativas à Directiva sobre sanções aos empregadores de imigrantes ilegais. A conclusão das negociações sobre a Directiva relativa às condições de retorno de imigrantes em situação ilegal é também prioritária.

Fronteira Marítima Meridional A bacia do Mediterrâneo e África impõem-se como áreas de actuação prioritárias, conquanto não exclusivas. O reforço da protecção da nossa fronteira marítima meridional é uma necessidade inadiável. Urge robustecer as capacidades da FRONTEX e desenvolver um sistema integrado de gestão das fronteiras externas da UE.

E-justice

Colocar a justiça ao serviço do cidadão e das empresas é uma tarefa central para a Presidência portuguesa. A “*e-justice*” e a mediação são instrumentos essenciais a este objectivo.

Protecção de dados

O papel da protecção transfronteiriça de dados pessoais é indispensável para um nível elevado de confiança, cooperação e eficácia no domínio da justiça criminal. Será dada particular atenção à Decisão-Quadro sobre a protecção de dados pessoais no âmbito da cooperação judiciária e policial em matéria penal.

**Luta contra o
terrorismo**

A execução da Estratégia da União Europeia de luta contra o terrorismo, em especial em matéria de bio-preparação, é também prioritária.

Prüm

A integração do Acordo de Prüm no acervo da UE será continuada.

A EUROPA E O MUNDO

Projeção externa de valores Os objectivos da União apenas serão viáveis se, em conjunto, conseguirmos projectar os nossos valores num mundo crescentemente interligado. A paz e a segurança que vivemos terá de ser garantida pela resposta que a Europa conseguir dar a desafios globais.

A nossa capacidade de afirmação externa terá de ser reforçada. Enfrentar as alterações climáticas, promover o desenvolvimento económico e social, lidar eficazmente com as migrações, lutar contra a criminalidade organizada e o tráfico de pessoas, e combater o terrorismo são alguns dos reptos que requerem liderança e respostas partilhadas.

Portugal dedicará particular atenção às temáticas do Desarmamento e Não-Proliferação.

Um novo olhar sobre o Mediterrâneo Desejamos também lançar um novo olhar sobre toda a região do Mediterrâneo. A sua relevância estratégica para a UE é evidente. Os instrumentos de acção externa ao nosso dispor, designadamente os de natureza financeira, terão de ser devidamente aplicados; mas *há que pensar para além deles*. Torna-se necessário aprofundar o nosso diálogo político com os parceiros das margens Sul e Leste para enfrentarmos desafios que requerem soluções comuns. A estabilidade nas duas regiões é indissociável.

África África e a Europa têm uma história recente de oportunidades perdidas. Chegou o momento de acordarem numa Estratégia Conjunta. Temos de agir juntos e sermos vistos a agir em concerto. A ênfase que colocamos na realização em Lisboa da Cimeira entre a UE e África resulta desta percepção.

**Relações
transatlânticas**

Reforçar as relações transatlânticas é uma tarefa prioritária. A Presidência portuguesa contribuirá para o aprofundamento da integração económica transatlântica.

**América Latina/
MERCOSUL**

Portugal tem activamente promovido uma intensificação dos laços entre a Europa e a América Latina e Caraíbas. Este é um espaço de valores e interesses largamente partilhados. As negociações para um acordo de associação entre a UE e o MERCOSUL devem ser dinamizadas. Está também no nosso horizonte o lançamento de negociações com fim idêntico com a América Central e a Comunidade Andina.

Brasil

A Presidência portuguesa irá desenvolver um diálogo político específico com o Brasil. Vamos organizar a primeira Cimeira UE-Brasil. Será o ponto de partida no estabelecimento de um diálogo estratégico à altura do peso internacional de ambos.

**Parceiros
estratégicos e
Ucrânia**

O aprofundamento das relações entre a UE e outros parceiros estratégicos será continuado. Cimeiras com a China, a Índia e a Ucrânia integram o núcleo político da nossa agenda externa comum. Agiremos em estreita colaboração com os parceiros europeus para se criarem as condições que permitam que o relacionamento UE-Rússia possa progredir.

Médio Oriente

A Presidência portuguesa continuará o trabalho que a UE tem desenvolvido, com todos os parceiros internacionais relevantes, no acompanhamento da situação de crise prolongada no Médio Oriente. O papel do Quarteto no Processo de Paz no Médio Oriente é crucial.

A UE manterá a sua contribuição construtiva para a gestão das situações que envolvem o Afeganistão, Irão e o Iraque.

Comércio/ACP

Manteremos o empenhamento europeu num sistema de comércio internacional multilateral. Prosseguiremos o objectivo de integração dos países ACP na economia mundial.

**Impulsionar a
cooperação
estratégica**

A UE tem objectivos ambiciosos para o desenvolvimento sustentável. Não pode alcançá-los sem um movimento internacional de convergência na mesma direcção. Robustecer a cooperação internacional, através da renovação do diálogo com os parceiros estratégicos e de um multilateralismo efectivo, será essencial para a solução dos desafios globais.